

A AEMEC E AS LUTAS DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO SERIDÓ (1979-1989)

Alessandro Augusto de Azevêdo¹

RESUMO

O surgimento do movimento dos professores estaduais, em Caicó, no final dos anos 70 e início dos anos 80. O significado do surgimento da AEMEC (Associação dos Educadores do Magistério Estadual de Caicó) para as lutas dos trabalhadores em educação no município e na região do Seridó e os seus efeitos na percepção dos próprios professores acerca de sua condição de professor. As formas e as condições de articulação e as pressões políticas sofridas pela categoria, no universo específico de um município do interior do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: professores; movimento sindical; Caicó.

ABSTRACT

The happening of the public school teachers movement, in the late 70's and

early 80's, in Caicó/RN. The meaning of the AEMEC (Association of State Public Schools Teachers) for the teaching workers movement inside Caicó and throughout the Seridó area. Its effects as a conscious movement for teachers' awareness of themselves. The study emphasizes the true existing conditions for articulated actions and the political pressures teachers were submitted to in an specific inland county in the northeastern state of Rio Grande do Norte/Brazil.

Key-words: teachers; labor union movement; Caicó.

INTRODUÇÃO

A passagem dos anos 70 à década de 80, no Brasil, foi marcada por uma intensa atividade de rearticulação da sociedade civil e mobilização social, voltadas à crítica da natureza autoritária do regime militar implantado em 1964 e à defesa da instituição de mecanismos democráticos de regulação das relações entre Estado e sociedade civil.

Na protagonização dessas mobilizações e no seio do processo de reterritorialização da política por elas ensejadas, emergiram um conjunto de atores e experiências com significativa repercussão junto às classes subalternas, embalados na construção de uma trama

representativa do "direito a ter direitos" (Lefort, 1987) que significou, na verdade, uma apreensão diferenciada e mais ampla da noção de cidadania,

"cujo significado e importância estão longe de se esgotar no seu resultado enquanto aquisição formal-legal de um conjunto de direitos. Ela se constituiu também enquanto uma proposta de sociabilidade. Novas formas de sociabilidade, um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis, e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito." (Dagnino, 1994, p. 108)

Um desses atores foi o movimento dos metalúrgicos do ABCD paulista, que entre 1978 e 1983, especialmente, produziu grandes mobilizações, pondo em xeque, simultaneamente, a política de achatamento salarial do regime e a perspectiva de controle e tutela dos sindicatos pelo Estado, presente na legislação sindical então em vigor.

Projetava-se, assim, uma profunda mudança no cenário das lutas dos trabalhadores e no movimento sindical brasileiro. Ganhava visibilidade um conjunto de atores e experiências, chamadas de "novo sindicalismo", que propugnavam a construção de um novo modelo sindical e a disseminação de práticas sindicais, atravessadas por uma perspectiva que valorizava a autonomia dos sindicatos frente o Estado, a ação direta e uma visceral aproximação entre as direções sindicais e suas bases de representação. Conquanto estejamos enfatizando o movimento sindical, não perdemos de vista que o *ethos* que cimentava estes atores e experiências expressa-se em outros movimentos não

relacionados ao mundo do trabalho, o que nos leva a identificar entre ambos um liame, um *campo ético-político*, como indica Doimo (1995), permeado por uma nova proposta de participação, a participação *movimentalista*, fundado numa lógica consensual-solidarística.

Esse processo de reaquecimento das lutas sociais e de constituição de espaços coletivos potenciadores de uma ampla participação e inserção política das classes subalternas, que eclodiu no eixo Centro-Sul do país, repercutiu também no Rio Grande do Norte, ainda que com suas especificidades e menos expressividade. Do conjunto de movimentos que surgem no Rio Grande do Norte, sem dúvida, o movimento dos professores da rede estadual de ensino público ocupa um lugar de destaque, pois

"inegavelmente eles se constituíram, no decorrer dos anos 80, numa das categorias profissionais mais mobilizadas do Estado. Desde 1979, ano em que realizam a primeira greve no Estado no pós-64, os professores irão realizar, até o final da década de 80, inúmeros outros movimentos paredistas e, em alguns momentos, ocupar um lugar central nas lutas sociais e políticas do Estado." (Lopes Júnior, 1992, p. 2)

No interior do Estado, especificamente na região do Seridó, este movimento é liderado pela AEMEC (Associação dos Educadores do Magistério Estadual de Caicó), entidade fundada em 1981, em meio a uma paralisação das atividades da categoria, que embora trazendo em sua sigla uma vinculação ao município de Caicó, na prática, passou a representar todos os professores estaduais da região.

1. O PALCO E OS ACONTECIMENTOS QUE ANTECEDEM O SURGIMENTO DA AEMEC

O surgimento da AEMEC situa-se no contexto de reaquecimento das lutas sociais e recomposição da cena político-institucional que se desenrola-se no Rio Grande do Norte e no Brasil, no final dos anos 70 e início dos anos 80, num processo de intensa disputa em torno dos rumos da transição "lenta e gradual", tanto entre os integrantes do bloco do poder, quanto entre os setores da oposição ao regime militar.

Como elemento impulsionador e, ao mesmo tempo tensionador desse processo, no seio da sociedade civil, florescia uma série de movimentos sociais e movimentos grevistas de categorias profissionais específicas, como metalúrgicos, petroleiros, bancários e professores, tanto universitários, como do ensino básico.

No Rio Grande do Norte, um dos efeitos do processo de acomodação política, propiciado pela "transição", foi a formação da chamada "Paz Pública", um acordo entre os dois principais grupos políticos dominantes – os "Alves" e os "Maia" – com vistas às eleições parlamentares e a escolha do novo governador, no final de 1978.

Assim, paralelo ao início do mandato do governador Lavoisier Maia (fruto da "Paz Pública"), eclodem no RN os primeiros movimentos grevistas pós-64: são cobradores e motoristas de transportes coletivos urbanos, em Natal; os canavieiros, que se integram numa greve de proporções regionais (Nordeste); e os professores da rede de ensino público estadual.

Em seu trabalho, Lopes Júnior (1992, p. 77) capta que esta greve de 1979 teve um caráter emblemático:

"nas entrevistas realizadas com professores que participam do movimento dos professores desde o início, fica evidenciado a representação e a memória dessa greve como momento fundante de uma nova fase da vida sindical e política dos professores do RN. Para a maioria dos entrevistados aquela teria sido a melhor greve e a 'mais bonita' já feita pela categoria."

O movimento teve início sem o apoio da APRN, mas gradativamente foi ganhando o apoio da categoria, obrigando uma aproximação entre a diretoria da entidade e o comando do movimento. Assim, em 07 de abril realizou-se a primeira assembléia do movimento, contando com aproximadamente 1.000 professores. Diante da postura do governador em desconhecer o movimento, os professores, em assembléia no dia 10 de maio, decidem entrar em greve.

As entrevistas realizadas com as lideranças da AEMEC dão conta de uma participação limitada dos professores de Caicó nessa primeira greve, devido, principalmente, à direção da APS (Associação dos Professores do Seridó)², entidade que naquele momento representava o magistério caicoense:

"na época da APS, nunca a gente teve participação de greve, porque o próprio presidente, a própria diretoria, era cúmplice do governo e ele não admitia por hipótese nenhuma, nem discutir. Inclusive ele tinha acesso aos meios de comunicação, ia para o rádio e ameaçava que aquele que entrasse em greve seria punido..."³

A greve de 1979 teve uma importância histórica para a categoria. Lopes Júnior (1992, p. 100) indica que

"do ponto de vista da luta sindical, ela pode ser vista como o momento inaugural de uma prática que se dirige no sentido sindical e que tem como marca maior a democracia nas formas de organização e de encaminhamento do movimento. [...] as experiências nela partilhadas terão um desdobramento no movimento a partir daí. Do ponto de vista político, ela pode ser vista como a reconquista, pelos educadores, do direito de se fazer ouvir em suas reivindicações e de expressar sua vontade coletiva."

A greve de 1979 teve como uma de suas conseqüências a formação, pelas lideranças grevistas radicadas em Natal, de uma chapa à disputa da direção da APRN. Em Caicó, um conjunto de professores que apoiou o movimento decidiu participar do processo de escolha da nova diretoria da APS: *"a gente começou a trabalhar, tentando influenciar, penetrar dentro da APC. (sic) [...] Com muita dificuldade...Que era fechado mesmo, a gente não entrava com facilidade não..."*⁴

A aposta nessas eleições – que se desenrolaram em 1980 – traduziu uma última tentativa, de um grupo de lideranças, em introduzir na APS uma perspectiva sindical-reivindicatória, dado o caráter assistencialista que a marcava, conforme se evidencia nos depoimentos colhidos:

*"a APS [...] era mais...um órgão de assistência ao profissional da educação, era mais de assistência à velhice, era uma casa de repouso [...] para o professor. Ela tinha totalmente uma linha assistencialista, [...] não tinha essa linha política de transformação, de mudança, que hoje a gente tem no movimento dos professores, a nível de sindicato."*⁵

Essa centralidade no aspecto assistencial tinha como contrapartida a omissão no aspecto político-sindical que, naquele momento, aparecia como necessário para um segmento importante da categoria. Um dos entrevistados indica, de maneira clara, ter sido esta a contradição detonadora do movimento que veio criar a AEMEC:

*"a Associação dos Professores de Caicó (sic) tinha um lugar, uma pousada para os professores, mas por outro lado [...] não tinha representatividade, não tinha reivindicação com ele. Era só isso: espaço físico. [...] Mas a gente começou a pensar, a ver novos caminhos: qualificação, professor...é...mais professores...e também...salário, né? [...] e eles sabiam...esse assunto era levado [...] algumas vezes... 'Então tá certo, vamos providenciar', só que 'vamos providenciar' e reticências...e ali não saía dali, do papel. O papel não era nem encaminhado. Porque se nós tínhamos uma entidade juridicamente personalizada a gente teria que fazer reivindicação por intermédio dela, mas já que...então, esperou quase um ano [...]. Como não teve nada, então a gente começou a dizer...a gente precisa...surge um movimento...de dissidência..."*⁶

Desenhava-se portanto naquele momento um processo de redefinição do papel que se atribuía a uma entidade de representação da categoria. O estatuto de sua representatividade e/ou legitimidade, aos olhos de algumas lideranças dos professores, não partia das ações assistenciais que desenvolvia, mas de sua capacidade de defender e reivindicar direitos em prol da categoria. Como nos informa uma outra liderança da AEMEC,

"num determinado momento que a gente montou aqui uma greve, o representante da APS fez um pronunciamento público: se Caicó entrasse em greve, seria punido, viria aquela série de punições. Então a gente começou a pensar que naquilo não estava havendo coerência daquela diretoria com o movimento. A partir daí, a gente tomou a iniciativa de criar uma outra associação e essa outra associação foi fruto dessa insatisfação da APS."

A crítica incidia, ainda, sobre outras questões: a estreita vinculação político-partidária que a direção da APS externava ter para com o grupo político hegemônico no Estado; e o seu conseqüente caráter "fechado", no sentido de que a diretoria da entidade cultuava uma prática na qual as decisões eram tomadas sem que se abrisse um processo de discussão coletiva com o conjunto dos associados.

Em relação à condução partidarizada da APS, segundo um dos entrevistados,

"já havia esse movimento que a APC (sic) estava nas mãos de uma pessoa que estava fazendo alguma coisa, mas só que era um movimento...ao invés de ser

um movimento de solidificação da classe, era um movimento muito mais de políticos, em benefício próprio, esse era o pensamento de muitas pessoas...”⁸

Outro entrevistado nos fornece mais informações:

[O] presidente da APS [...] era [...] Ivanildo Albuquerque e o vice era [...] José Geraldo – chamavam de ‘Peninha’, que eram assessores do prefeito naquela época, Dr. Iramí. Então eles [...] tinham casas, tinham funcionários do Estado, tinham tudo, instalações, com camas, beliches, [...] eles tinham tudo isso, com funcionários do Estado que vinham lá para fazer limpeza, prestar serviços, dar expediente.”⁹

Segundo os entrevistados, o fato que detonou a carga de insatisfação que resultou na fundação da AEMEC, foi a tentativa da então diretoria da APS em prorrogar o próprio mandato, alterando os estatutos da entidade, numa assembléia pouco divulgada, sem uma discussão prévia mais ampla com o conjunto dos associados.

“Um dia a gente estava dando aula e [...] soube de uma notícia: ‘vai haver uma reunião no Fórum, com todas as pessoas da base da APC (sic). Então, eu, Edna, um grupo lá da EECCAM [Escola Estadual Calpúrnica Caldas de Amorim], ‘sabe de uma coisa: nós vamos parar as aulas e vamos para o Fórum’, e a gente fez isso, sem o diretor [...]. Então a gente parou as aulas e foi para o Fórum. Eu e Joaquim Gaspar [...], a gente

começou a telefonar, mas o grupo mesmo forte que participou foi o da EECCAM. Quando nós chegamos lá ficamos sentados. [...] [Para] Ivanildo Albuquerque, presidente, Cícero Gomes, Peninha e o grupo que fazia parte [da direção da APS] – a nossa chegada foi uma tristeza. Quando nós chegamos eles começaram a assembléia e uma das questões era prorrogar o mandato da APC. Era de quatro anos para prorrogar para oito anos, disse 'Eu estou aqui para fazer a prorrogação do mandato da APC em oito anos'. Ora você já pensou? Você passar oito anos? E o que nos mais indignou, foi a maneira como foi a votação, e não abriu diálogo, nem nada. Disse o que queria, explicou o objetivo, e disse 'Quem for a favor fique do mesmo jeito, não levantava a mão, nem nada'. Então se você estava sentada ficava sentada. Então, eu levantei e protestei, que aquilo ali não era uma maneira, não só eu, mas o grupo, não era uma maneira de ficar. Então ele foi bem autoritário: 'Quem estiver de acordo com a prorrogação fique do mesmo jeito'. E isso foi passado. Dali, na mesma tarde nós saímos para a Emissora Rural, começamos a falar e o protesto e tudo, mais ele não teve acordo..."¹⁰

2. A FUNDAÇÃO DA AEMEC

O desacordo estabelecido entre a direção da APS e aqueles professores da rede estadual resultou na articulação, por partes desses últimos, de uma série de reuniões, com o objetivo de fundar uma outra entidade que viesse a representar a categoria.

O momento era propício. Iniciava-se o ano de 1981 e as entidades representativas dos professores, em todos os estados do país articulavam uma paralisação nacional por mais verbas para a educação. Mais uma vez a participação da APS nesse processo foi nula.

Assim, na tarde do dia 25 de março de 1981, em meio a um Dia Nacional de Paralisação dos Professores por Mais Verbas para a Educação, foi realizada uma reunião, nas dependências do "Kabana Clube". Na ata da reunião, vê-se a participação de representantes de 11 escolas da rede estadual e a adesão dos professores de cinco municípios circunvizinhos (Parelhas, Jardim de Piranhas, São João do Sabugí, Timbaúba dos Batistas e Currais Novos). Também na ata um dos participantes da reunião, que mantinha contato com lideranças do movimento dos professores em Natal – professor Joaquim Gaspar – informa que 80% dos professores de Natal, Mossoró e Caicó estavam parados em apoio ao movimento.

No conjunto das análises registradas na ata dessa reunião, percebe-se que os presentes – todos professores da rede estadual – deslegitimavam a representatividade da APS em, pelo menos, três questões:

- a) a conduta antidemocrática por parte da diretoria;
- b) o alheamento da mesma em relação às lutas e mobilizações que, tanto no estado como em todo o país, os professores estavam travando naquele momento; e
- c) o estabelecimento de relações diferenciadas, do núcleo dirigente da APS, para com os professores da rede municipal e os professores da rede estadual de ensino.

Tentaremos a seguir demonstrar, de maneira inicial, como se constituíam as representações daqueles professores da rede estadual sobre cada aspecto apresentado no parágrafo anterior:

a) A ata revela que, segundo os professores ali presentes, parte da diretoria da APS não sabia da realização da reunião que aprovaria a mudança dos estatutos e a prorrogação do mandato da diretoria que atuava. Aos olhos daquele grupo de professores, aquela situação denotava o aprisionamento da entidade nas mãos de um pequeno grupo que se utilizava de um recurso perverso – a não divulgação de informações relevantes a seus pares e a não realização de eleições – a fim de forjarem sua permanência no controle da entidade. Tal comportamento se contrapunha à ética *consensual-solidarística* (Doimo, 1995) que, ao que parece, já cimentava as relações entre aqueles professores que intentavam fundar uma nova entidade.

b) O alheamento da entidade para com as lutas e mobilizações nacionais e estaduais que os professores empreendiam punha em xeque não apenas a condição e a representação de dirigente da categoria, mas a própria representação acerca do tipo de entidade que se pretendia como porta-voz dos anseios do magistério. Isto fica bem claro no depoimento de uma das lideranças da AEMEC:

"Nós tivemos essa preocupação de ser essa entidade que buscasse o respeito ao direito dos profissionais. Para você ter uma idéia, havia um amordaçamento na categoria dos professores, que ninguém falava, era todo mundo dizendo amém, recebendo tudo o que vinha, aqueles pacotes enlatados e nós não tínhamos nenhuma oportunidade de discutir aquela situação em que a gente tava mergulhado. Então quando ela surgiu já foi com esse intuito bem forte, bem patente, de reivindicar, de buscar respeito à nossa cidadania, inclusive uma das grandes lutas nossas, que a gente empreendeu [...] durante a nossa gestão, foi a volta do concurso público"¹¹.

c) Por fim, os depoimentos colhidos dão conta de que a diretoria da APS não apenas tinha uma política de se relacionar preferencialmente com os professores da rede municipal de ensino como também estimulava essa diferenciação.

Se era verdade que a maioria dos sócios da APS eram do magistério municipal, era também verdade que essa situação projetava os elementos que caracterizavam a APS como entidade comprometida muito mais com o grupo hegemônico na esfera político-institucional local. O fato de seus dirigentes serem assessores do então prefeito e a própria entidade dispor de uma infra-estrutura montada com a ajuda da Prefeitura e do Governo do Estado, já indicavam a existência de uma relação de estreita aproximação entre a entidade e o *status quo* político.

Mas outros mecanismos sustentavam essa relação. Mecanismos inscritos na própria sistemática de admissão de pessoal para o serviço público. A contratação de professores da rede municipal (como de qualquer servidor público), não dependia de um concurso público, mas do grau maior ou menor de fidelidade do grupo político dominante, por parte do candidato ao emprego no serviço público. Com isso se criava uma rede de lealdade ligando o sócio da APS, o presidente da entidade e os grupos políticos dominantes, o que restringia qualquer possibilidade de independência por parte da entidade. Entre os professores da rede estadual essas relações de lealdade embora existissem, eram, em grande parte, bastante tênues.

Além disso, a experiência da greve em 1979 e as informações de que em todo o país os professores das redes estaduais travavam uma intensa luta de defesa e ampliação de direitos contra os seus respectivos governadores fomentava um espírito de luta e combatividade que não encontravam eco junto ao professorado da rede municipal.

Assim, na tarde quente de 25 de março de 1981, Dia Nacional de Paralisação por mais Verbas, 54 professores participantes do movimento decidiram fundar a Associação dos Educadores do Magistério Estadual de Caicó. Sua diretoria provisória ficou assim constituída:

Presidente: João Batista de Brito

Vice-presidente: Arlete da Silva

Secretária: Margarida da Silva

Tesoureiro: Francisca Luzia do Nascimento

Conselho Fiscal: Otoni Cavalcanti, Joaquim Gaspar Filho, Sebastiana Benjamim, Leda Silva, Osman Araújo, Basílio Pereira de Araújo, Jurandy Dantas de Medeiros, Francisco Maria dos Santos, Maria Salézia Moraes, Maria de Lourdes Dantas.

3. ORGANIZAÇÃO E LUTA

O processo que se seguiu, de organização da entidade, foi bastante penoso: ao mesmo tempo que precisava se organizar internamente, a AEMEC sentia a necessidade de se afirmar perante o professorado como alternativa de representação à APS e ainda organizar a categoria para os embates que, com certeza, se vislumbravam frente ao Governo do Estado.

Em Natal, as eleições para a direção da APRN, em 1979, haviam sido vencidas pela chapa apoiada pela diretoria. Tinha como presidente o professor Manoel Lucena. Segundo Lopes Júnior (1992, p. 104),

"apesar de eleito com o apoio da diretoria que havia se colocado contra a greve no início do ano e de ter derrotado a chapa do movimento, pouco a pouco,

Lucena vai se desvincilhando do conjunto da diretoria e assumindo uma postura crítica, o que o faz conquistar o apoio de parte da oposição, especialmente daquelas pessoas que haviam encaminhado a greve de 1979.”

Nesse primeiro momento, a relação da AEMEC com essa diretoria da APRN seria permeada de instabilidade, não apenas porque a APS ainda, formalmente, era a referência de representação dos professores da região, mas também porque no interior da direção da APRN existiam setores que, por se afinarem politicamente com a direção da APS, trabalhavam no sentido da deslegitimação da AEMEC como interlocutora.

Apesar disso, o direcionamento dado por Manoel Lucena na APRN, colocando-a mais sintonizada com as mobilizações e lutas que a nível nacional se desenhavam, fez com que as relações da APRN se voltassem com mais frequência em direção a AEMEC – mais receptiva a essa orientação – do que a APS. O reconhecimento da AEMEC como interlocutora se deu ainda em 1981, com a criação de uma Comissão de Apoio às entidades APS e AEMEC, muito embora o que estava embutido na proposta da APRN era que se constituísse uma nova entidade de caráter regional que superasse a dicotomia da existência de duas entidades com o mesmo caráter.¹²

Um outro elemento que impeliu esse reconhecimento foi a própria mobilização que os dirigentes da AEMEC realizaram no sentido de que os professores da rede estadual se desfiliassem da APS e passassem a figurar como sócios da AEMEC. Pelo fato de existir um convênio entre a APS e a APRN, a primeira foi obrigada a enviar, quase que semanalmente, ofícios à segunda informando do desligamento de sócios. Sócios que passariam a constar do quadro da AEMEC.

A entidade ainda se depararia com dificuldades em relação à montagem da infra-estrutura necessária às mobilizações da categoria, problema que foi se resolvendo na base da solidariedade e do desprendimento individuais e coletivo de algumas lideranças e associados:

*"a gente começou a ter um mínimo de organização, mas ainda sem sede. E o meu carro, na época eu possuía um carro, Fusca, meu carro passou a ser a sede da AEMEC. Eu andava com essas pastas dentro do carro, por onde a gente andava era fazendo articulação para a gente conseguir sócio para nossa entidade."*¹³

Essas dificuldades reapareciam com maior intensidade quando era necessário reunir a categoria em assembleias. Na impossibilidade de se utilizar as escolas e outros prédios públicos – dado à oposição ao movimento, por parte dos poderes públicos – as lideranças recorriam a outras alternativas:

*"a gente se reunia no Kabana [clube de festas, onde ocorreu a reunião de fundação da AEMEC], na praça Dr. José Augusto, no Buraco do Way [bar localizado no centro da cidade]. No Buraco do Way, quando nós íamos nos reunir lá, todo mundo levava um trocadinho para comprar um refrigerante, falava com Way e o acordo era um refrigerante."*¹⁴

A AEMEC, portanto, nesses primeiros momentos se estruturava, a si mesma e ao movimento como um todo, a partir de um *ethos* que combinava a conquista da solidariedade externa, de estruturas de apoio “fora” do movimento¹⁵, e uma rede interna, formada pelos próprios associados, como aconteceu ao longo da greve de 1981, a primeira em que a AEMEC se envolveu.

“Os professores que tinham algum transporte,[...] colocavam à disposição e a gente atingia todos os municípios, assim, dentro de poucos dias. A gente tinha professores que se deslocavam para Jardim de Piranhas, faziam o setor de São Fernando, Serra Negra, Jardim de Piranhas. Outros iam para Jucurutu. Outros iam para o lado de Equador, Santana, Parelhas. E assim a gente cobria toda a região. Isso sem nenhum retorno financeiro, era um desprendimento, era uma forma de contribuir com a estruturação e o crescimento...”¹⁶

Essa greve é marcante para a categoria, pelo caráter de enfrentamento que adquire, decorrente, especialmente, das pressões políticas que se abateram sobre o movimento, em suas mais variadas formas, conforme se depreende dos depoimentos:

“Então 81, digamos assim, é a explosão do movimento[...]. Há uma greve que a polícia vai para a frente do colégio e entra no CEJA [Centro Educacional José Augusto, escola estadual de 1º e 2º grau], e essa greve é realizada [...]. Ela foi muito importante porque criou aquele fato. E os políticos, os políticos do sistema, que são desfavoráveis à greve...chamam de “terrorista” os professores...é um escândalo...”¹⁷

"Por exemplo, o vereador chamado fulano de tal, o marido da professora, ameaçava se ela fosse pra greve, ela poderia ser demitida e ele não teria de que sobreviver. O político da região, ele chamava, dava uns puxões de orelha naqueles apadrinhados, [...] afilhados, dizendo que eles não fossem, que aquilo não era coisa boa, que ele estava se desviando do caminho profissional, enquanto educador, [...] Aqueles chefetes políticos [diziam que iriam] interferir pra que aquele profissional fosse demitido do Estado e o que o governo deveria fazer era 'meter o chicote' (eles usavam muito essa expressão de 'meter o chicote') e havia ameaças de transferências... Eu fui ameaçada várias vezes que ia parar em Pau dos Ferros, eu não era demitida porque eu era concursada, mas que ia ser transferida para Pau dos Ferros, para os lugares mais longínquos possíveis de nossa região, dentro do próprio Estado."¹⁸

"Os políticos de Caicó ligados ao sistema, no caso, do governador Lavoisier Maia... Muitas pessoas receberam ligações [telefônicas]... quando não ligavam para casa do filho ou da filha do professor, era para o pai, para a mãe, para um tio, dizendo: 'Olha, se fulano continuar, diga a ele que deixe de ser criança. Não fique nesse movimento de comunista, subversivo. Não vai dar certo, ele vai ser demitido...' [...] Então era essa pressão. E chamavam os cabos eleitorais... A gente sabe [...] que eles eram chamados para saber, [...] se infiltravam lá para saber, iam para saber quem estava dando aula, quem não estava, quem estava conduzindo faixas, fotógrafo para fotografar..."¹⁹

Nestas falas pode ser percebido a dimensão ganha pelo movimento, pela multiplicidade de pressões que se abateram sobre o mesmo, inclusive na dimensão específica que as ameaças assumiram num universo como o de uma pequena cidade do interior.

Aqui chama atenção menos a presença da polícia defronte uma escola, do que as pressões exercidas através dos canais de relacionamento familiar e/ou pessoal, numa evidente indistinção entre a esfera pública e a esfera privada, por parte das lideranças políticas locais.

Na medida em que o fundamento de admissão no serviço público, salvo raras exceções, nesse momento histórico, ainda eram as relações de clientelismo, amizade pessoal e/ou afinidade política, a entrada e/ou apoio à greve, por parte dos servidores públicos não concursados, significava a quebra desse laço de lealdade para com determinadas lideranças políticas da região.

Aliás, essas ameaças tinham uma forte carga de dramaticidade. Por um lado, pela proximidade (física) inevitável que uma pequena cidade do interior proporcionava (e ainda proporciona) entre aqueles professores em greve e as estruturas das lideranças políticas desafiadas em sua autoridade. Por outro, pelo fato de que em muitas dessas cidades do interior potiguar era (e em alguma medida ainda é) o serviço público (com todos os seus mecanismos clientelistas de admissão) que concentrava a mão-de-obra local, garantindo, assim, os rendimentos financeiros da maioria da população, em face da primária estrutura de reprodução e circulação de capital.

Assim, nessas primeiras experiências mobilizatórias dos professores de Caicó e do Seridó, as ameaças do poder público não chegavam somente através das notas, entrevistas e matérias de jornal, rádio e televisão, mas também por intermédio de redes de contato

interpessoal e interfamiliar, da mais natural sociabilidade, estruturantes das lealdades necessárias ao exercício do poder pelos tradicionais grupos políticos locais.

4. TEMPOS DE CONSOLIDAÇÃO E CONFLITOS RADICALIZADOS

Entre 1981 e 1985, a AEMEC se firmou como representante, de fato e de direito, do professorado da rede estadual, esvaziando totalmente a APS. Nesse período, várias foram as paralisações e dias de luta e mobilização, articuladas em todo o Estado, em conjunto com a APRN, APM (Associação dos Professores de Mossoró), e outras entidades representativas dos chamados "especialistas" (orientadores educacionais e supervisores pedagógicos).

Os depoimentos colhidos indicam que apesar da autonomia que a AEMEC tinha como entidade representativa do magistério público da rede estadual de ensino, do Seridó, o encaminhamento das lutas e greves dependia das decisões tomadas pelas assembleias da APRN, na medida em que os professores de Natal tinham um peso político significativo.

Essa articulação entre as duas entidades passou a ter um caráter cada vez mais sistemático no momento em que o grupo "Mutirão" (composto por professores que desde 1979 faziam oposição às consecutivas diretorias da APRN e lideravam, de fato, as paralisações ocorridas na época). Com a vitória desse grupo, nas eleições havidas em 1985, o trânsito entre a APRN e a AEMEC tornava-se mais freqüente e, conseqüentemente, as lutas e mobilizações da categoria eram conduzidas mais facilmente. Isto porque ambas as diretorias compartilhavam da mesma perspectiva sindical-reivindicatória.

A partir daí, a trajetória da AEMEC se confunde com a própria trajetória do movimento como um todo, sob a direção da APRN, estudado, em vários aspectos, no trabalho de Lopes Júnior (1992).

A entidade atua de maneira decisiva na sustentação da greve de 1985 e, especialmente, nas greves de 1986 e 1987. Na primeira, as entidades do magistério lutam pela reposição de perdas salariais decorrentes do aumento da inflação; em 1986, organizam-se na defesa do acordo salarial feito com o governo, no ano anterior, e pela participação da categoria na reelaboração do Estatuto do Magistério. Em 1987, numa greve heróica, a categoria luta para manter direitos conquistados no Estatuto do Magistério, inclusive as eleições diretas para diretor.

Os anos de 1986, 1987 e 1988, especialmente, foram ricos e conflituosos. Quase todas as assembleias promovidas pela AEMEC, nesse período, são prestigiadas, em média, por 200 professores, considerado um número altíssimo pelas lideranças da época.

É um período de radicalização da relação entre o governo estadual e a categoria. Como bem capta Lopes Júnior (1992, p. 128), as greves e mobilizações ocorrem

"num clima de grande indignação da categoria com o governador e [são marcadas] pela realização de grandes atos públicos nas principais cidades do Estado. [...] Os professores jogam toda a sua força nas mobilizações de ruas e na tentativa de desgaste do governador e este parte para a ofensiva, inicialmente, tentando imputar a greve a uma 'minoría radical e descomprometida com a educação' e, em seguida, com as ameaças de punições e demissões para os grevistas."

Esse clima de radicalização esteve presente na única crise séria vivida pela entidade, em 1987. Em meio ao embate com o governo Geraldo Melo, na defesa das eleições diretas para diretor, o movimento dos professores se deparou com uma situação inesperada: o próprio presidente da AEMEC na época encontrava-se cotado para ser indicado diretor de uma escola em São João do Sabugí, onde nasceu e tinha laços políticos com o PMDB.

Nas assembléias da categoria foi levantada não apenas a sua situação, mas de outros militantes que apoiavam o movimento e que eram detentores de cargos de confiança do governo estadual. Ao final das discussões a categoria decidiu que os militantes que tivessem ocupando cargos de confiança no governo e fossem diretores da entidade ou estivessem no comando da greve, deveriam optar entre um ou outro cargo, não sendo possível, segundo o entendimento dominante a permanência simultânea das duas funções.

Como se tratava de uma greve permeada por um clima pesado, de conflitos e ameaças, foi inevitável que as assembléias onde tais questões foram discutidas, também fossem marcadas por radicalizações entre aqueles que defendiam a incompatibilidade de que algumas lideranças fossem, ao mesmo tempo, "de confiança" da categoria e do governo; e os que defendiam o oposto. O desfecho dessa questão se deu pela renúncia do presidente, do vice e de alguns membros do conselho fiscal.

Entre vitórias e derrotas, avanços e recuos, o saldo mais evidente dessas mobilizações, do ponto de vista da organização da categoria, foi, sem dúvida, o avanço nas discussões relativas à constituição de uma entidade única para todo o magistério público do Estado.²⁰

A introdução dessa questão se confunde, por um lado, com a discussão sobre a extinção das "associações" e a organização da categoria em sindicatos, permitido pela Constituição promulgada em 1988. Por outro lado, reflete uma discussão da própria categoria, acerca da natureza e da organização do trabalho escolar e sua subdivisão em docência, orientação, supervisão, apoio e direção. Por ocasião do processo de reelaboração do Estatuto do Magistério, em 1986, o posicionamento (vitorioso) dos representantes da categoria estava em não referendar essas diferenciações, reunindo a todos sob a denominação de "trabalhadores em educação". Foi tal posicionamento, inclusive, que motivou a mudança de nome dos Congressos "de professores", realizados pela APRN, para "Congresso dos Educadores".

5. REPRESENTAÇÕES: "SACERDOTE" E "PROFISSIONAL"

Essa nova perspectiva reflete também uma mudança nas representações que a categoria tem de si mesma. A condição de "professor" deixa de ser vista sob o prisma do "sacerdócio" e passa a integrar o imaginário da categoria como uma atividade profissional, pela qual deve ser bem pago e ter boas condições no desempenho do seu trabalho.

Entre os entrevistados percebe-se que essa perspectiva da atividade docente como "sacerdócio" era algo muito forte:

"Caicó gozava de muito conceito na educação da cidade. Vou dar um exemplo: [...] nossos alunos e as pessoas da comunidade de Caicó, todo e qualquer concurso que fazia, sempre o índice de aprovação era imenso, das pessoas de Caicó, que estudavam aqui.

As pessoas saíam [...] daqui de Caicó, saíam para Natal, para fazer 2.º grau, vestibular em Recife, Fortaleza, Campina Grande, passavam sem fazer o cursinho...A ótica que mais prevalecia era a do sacerdócio. Ser professor é ser valorizado, realmente[...]. Você ser cumprimentado na rua: "professor" ou "professora", isso era...até 84, aqui em Caicó, era muito mais importante do que o ganho, realmente. Agora, eu insisto, o ganho era importante, mas não tanto quanto o conceito..."Lá vai o professor, a professora fulana de tal"...O respeito pelo profissional, pela pessoa, pelo profissional-pessoa, aí isso seria o sacerdócio, e não aquelas...leis trabalhistas..."²¹

No movimento dos professores, em Caicó, essa passagem de perspectivas se realiza numa interessante interlocução com a tradição do "sacerdócio" presente no interior da categoria, através da valorização da qualidade profissional que deveria marcar cada professor, principalmente aqueles que estavam à frente do movimento. Isso estava muito claro entre as lideranças do movimento já em seus primeiros anos, conforme se extrai de alguns depoimentos sobre a responsabilidade que cercava aqueles que assumiam a direção da AEMEC naqueles primeiros anos.

"Havia... não era um orgulho, havia uma preocupação de você fazer parte da AEMEC, porque a AEMEC realmente era um movimento que chamava atenção...naquele período[...] você fazia parte da AEMEC, porque você era extremamente responsável,

*...
você trabalhava, você estava no dia a dia, você dava aula, você era um exemplo de um profissional”²²*

“Havia um crédito muito grande na direção... [no] que a gente falava, o grupo, aquele grupo de comando de greve, porque [...] eram professores, professor mesmo de renome, responsável em sala de aula, que dava mesmo. Porque você sabia que um Otoni, um Manu, uma Selma Bulhões estavam ali porque estavam lutando. Então era professor de renome de Caicó, responsável, que dava aula, que assumia, que lutava, ia para o comando de greve. Então havia um crédito muito grande da categoria com relação a AEMEC.”²³

6. ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

A trajetória da AEMEC mostra que a mesma teve um papel importantíssimo na organização e na inserção dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino básico, do Seridó, nas disputas travadas pela categoria, em todo o Estado, em torno de alguns aspectos essenciais da política educacional implementada pelos últimos governadores, desde 1979 até 1989, quando se extinguiu para dar origem ao SINTE-RN.

Essa importância é tanto maior quando dimensionamos a conjuntura nacional – de reaquecimento das lutas sociais, num momento de crise do regime militar – em que a entidade surge; como também, as condições em que tal processo se desenrolou no interior do Estado, onde ainda sobrevivem elementos culturais e políticos que territorializam a política como extensão do espaço privado de alguns poucos grupos políticos e econômicos tradicionais.

Inclusive, na pesquisa pudemos perceber que a entidade que, antes da AEMEC, assumia a condição de representante do magistério público, expressava, na sua cotidianeidade, essa cultura política de vinculação dos menores espaços políticos públicos às estratégias dos grupos políticos dominantes.

Aqui é preciso resgatar uma questão que apenas marginalmente é tratada em muitos trabalhos sobre movimento sociais. Trata-se da forma como esses movimentos se estruturam e se desenvolvem no contexto de municípios interioranos, onde as relações sociais são marcadas por proximidades onde o público e o privado são ambigüamente demarcados.

Em tais contextos, as pressões dos grupos políticos dominantes sobre atores sociais que ameaçam suas bases de sustentação, são exercidas através de canais mais sutis, que transitam no interior das relações privadas, que complementam e superam a impessoalidade da dimensão repressiva intrínseca ao uso do aparato policial e das normas burocráticas de represália e punição.

Nesse sentido, o surgimento da AEMEC insere-se como uma ruptura também no que se refere ao formato específico das relações políticas estabelecidas entre os grupos políticos tradicionais e o que chamamos genericamente de classes subalternas.

As pressões exercidas contra os professores, nos movimentos grevistas, e a resistência dos mesmos – quando era possível –, demonstra que naquele momento se quebrava a aparente tranqüilidade com que os grupos políticos locais exerciam sua dominação. Deparavam-se, naquele momento, com um outro ator social, dotado de uma relevância social impressa no imaginário da sociedade local o que, ao mesmo tempo, era um motivo a mais para o envolvimento de segmentos importantes da sociedade e da categoria, em suas

mobilizações. Os professores, por seu lado, davam-se conta das mudanças que se processavam no interior da condição mesma do magistério. Percebiam que o *status* de que desfrutavam era um elemento meramente simbólico que começava a ser varrido pela realidade das políticas de compressão salarial do serviço público que os sucessivos governos empreenderiam a partir dali.

Assim, temos no surgimento da AEMEC e conseqüente fortalecimento do movimento dos professores seridoenses, a expressão local de todo um processo mais amplo de mobilização social que marcou o fim dos anos 70 e início dos anos 80, no Brasil. No Seridó, onde a tradição "coronelistas" dá o perfil do tempo histórico, no âmbito da política, o aparecimento dessas experiências mobilizatórias e de organização sindical à margem do controle oficial, é profundamente marcante.

BIBLIOGRAFIA

- BULHÕES, Maria da Graça. *O Movimento do magistério estadual no Rio Grande do Sul (1977-1982)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DAGNINO, Evelina. Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a voz do popular*. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

- FASSONI, Laurita Fernandes. *A APEOESP: Oponente ou Proponente? Um estudo sobre a contribuição do Sindicato dos Professores na construção de uma escola pública de Qualidade para a classe trabalhadora*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.
- LEFORT, Claude. *A Invenção democrática*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. *O Movimento de lutas dos professores de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte (1979-1989)*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MORTARI, Vera Lúcia. *O Professor - um trabalhador - e a questão da quantidade/qualidade do produto do seu trabalho*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.
- SOUZA, Aparecida Neri de. *Sou Professor, sim senhor!* São Paulo: Papyrus, 1996.
- SOUZA, Marilene P. Rabello de. *Construindo a escola pública democrática: a luta diária de professores numa escola de primeiro e segundo graus*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo.

NOTAS

¹ Professor do Departamento de Estudos Sociais e Educacionais, do Centro de Ensino Superior do Seridó. É Mestre em Ciências Sociais - UFRN. Já publicou, na **Revista do CERES**, o artigo "Do Campo à cidade: a dinâmica da composição social do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Norte (1979-1990)".

² A APS foi criada em 1972 como APC (Associação dos Professores de Caicó), congregando, de forma majoritária, os professores da rede municipal de ensino. Com o passar dos anos, incorporou, também, como sócios, os professores da rede estadual e professores de outros municípios vizinhos. Com essa nova realidade a entidade passou a denominar-se APS, muito embora, como se observa nos depoimentos dados, a denominação anterior (APC) manteve-se na memória de maneira mais forte.

³ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, em 17.10.96.

⁴ Arlete Silva Andrade, entrevista ao autor, em 12.12.96.

⁵ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96.

⁶ Lindomar Vale Lucena, entrevista ao autor, 12.11.96.

⁷ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96.

⁸ Lindomar Vale Lucena, entrevista ao autor, 12.11.96.

⁹ João Batista Brito, entrevista ao autor, 19.12.96.

¹⁰ Arlete Silva Andrade, entrevista ao autor, 12.12.96.

¹¹ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96.

¹² Aqui cabe uma rápida explicação: apesar de estar em sua sigla que a AEMEC pertencia ao magistério estadual de Caicó, na verdade seus estatutos deixavam implícito que professores da rede estadual de outros municípios, poderiam se associar a entidade.

¹³ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96.

¹⁴ Arlete Silva Andrade, entrevista ao autor, 12.12.96.

¹⁵ Em seu depoimento, a professora Zilda lembra que uma das formas de mobilização nas cidades circunvizinhas era através dos sistemas de som instalados nas igrejas: *"a gente percorreu o Seridó todo buscando uma articulação a nível de Seridó e tinham momentos que a gente chegava nas cidades e não existia nenhuma forma de se comunicar. A AEMEC não tinha*

telefone, a gente não tinha nenhuma forma de se comunicar. Então a gente pegava um representante nosso, que em cada cidade tinha um representante, [e] a gente dizia que em tal dia ia haver uma assembléia. E quando a gente chegava lá, o pessoal não estava todo avisado. E a gente recorria ao serviço de som da Igreja e ia lá...E a gente conseguia mobilizar. E de repente a gente estava com as assembléias muito participativas, isso em todas as cidades do Seridó.”

¹⁶ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96

¹⁷ Lindomar Vale Lucena, entrevista ao autor, 12.11.96.

¹⁸ Zilda Maria de Araújo, entrevista ao autor, 17.10.96

¹⁹ Lindomar Vale Lucena, entrevista ao autor, 12.11.96.

²⁰ Esse processo de unificação concluiu-se com a realização do Congresso de Unificação das Entidades Sindicais do Magistério de 1º e 2º grau, que fundou o SINTE-RN (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte). No processo ficou claro que seriam considerados base do SINTE, tanto os profissionais da educação (professores e especialistas) como também os servidores de educação vinculados ao SINSP (Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Norte).

²¹ Lindomar Vale Lucena, entrevista ao autor, 12.11.96.

²² João Batista Brito, entrevista ao autor, 19.12.96.

²³ Arlete Silva Andrade, entrevista ao autor, 12.12.96.